

MONTEPIO

DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE LISBOA



Relatório e Contas 2023

**100 ANOS DE AÇÃO SOCIAL
1927-2027**

De Associados Para Associados

☎ 218 861 067 🌐 geral@montepiopsp.pt - www.montepiopsp.pt 📍 Av. Almirante Reis, nº. 152 R/C Dto. 1000-052 Lisboa

100 ANOS
de Ação Social
1927-2027

RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO E PARECER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO DE 2023

O MONTEPIO DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE LISBOA foi criado por Decreto n.º 14.786, publicado no “Diário do Governo, 1ª Série, de 24 de dezembro de 1927 e publicado na Ordem do Corpo n.º 4, de 04 de janeiro de 1928.

O MONTEPIO DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE LISBOA é uma Pessoa Coletiva Privada de Utilidade Pública, com Sede na Rua Capelo, n.º 13 – Edifício do Governo Civil, 1200 – 087, Lisboa e Serviços Administrativos na Avenida Almirante Reis, n.º 152, R/C Direito, 1000-052 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número único fiscal e de registo 501083197.

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	4
ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL	5
ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – EXERCÍCIO DE 2023	6
ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – EXERCÍCIO DE 2024	7
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO MONTEPIO DA PSP DE LISBOA DO ANO DE 2023	8
I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES	10
1. Reuniões realizadas.....	11
2. Movimento de Associados	11
3. Pensões de Sobrevivência.....	12
4. Adiantamentos sobre as Reservas Matemáticas.....	13
5. Arrendamento de Imóveis habitacionais/comerciais	14
6. Património imobiliário.....	20
7. Processo de evolução do CADI-EM, desde a sua criação e perspetivas futuras	24
8. Inauguração do Auditório Comandante Ferreira do Amaral	25
II. BALANÇO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023	26
1. Demonstrações Financeiras:	26
1.1. Balanço.....	26
1.2. Demonstração de Resultados por natureza.....	32
III. ANEXOS	35
1. Mapa n.º 5 – Mapa Comparativo de Rendias Recebidas entre 2016 e 2023	35
2. Mapa n.º 6 – Mapa Comparativo de Despesas / Prédio entre 2016 e 2023	36
3. Mapa n.º 7 – Rentabilidade dos Imóveis – Rendimento / Despesas.....	37
IV. PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2023	38

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1. Movimento de associados entre os anos de 2021 e 2023	11
Tabela 2. Pensões de sobrevivência entre os anos de 2018 a 2023.....	12
Tabela 3. Contratos celebrados com porteiros.....	19
Figura 1. Movimento de associados entre os anos de 2021 e 2023	10
Figura 2. Panorama geral de pensões de sobrevivência em 2023.....	13
Figura 3. Movimento de adiantamentos a associados em 2023.....	14
Figura 4. Ocupação de imóveis para fins habitacionais a 31/12/2023	15
Figura 5. Arrendamento habitacional em regime de renda livre (excl. coabitações) em 2023, por categoria profissional	16
Figura 6. Arrendamento habitacional em regime de renda económica em 2023, por categoria profissional.....	17
Figura 7. Distribuição das Residências Montepio PSP em funcionamento a 31/12/2023	17
Figura 8. Arrendamento de quartos em Residências Montepio PSP em 2023, por categoria profissional	18
Mapa 1. Relação de imóveis e sua valorização	23
Mapa 2. Balanço	26
Mapa 3. Balanço (Cont.)	27
Mapa 4. Demonstração dos resultados por natureza.....	32
Mapa 5. Mapa Comparativo de Rendas Recebidas entre 2016 e 2023	35
Mapa 6. Mapa Comparativo de Despesas / Prédio entre 2016 e 2023	36
Mapa 7. Rentabilidade dos Imóveis - Rendimento / Despesas.....	37

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Nos termos do disposto do n.º 5, do artigo 43.ª dos Estatutos do MONTEPIO DA PSP DE LISBOA e demais requisitos legais aplicáveis e no desempenho das funções que nos estão cometidas enquanto Direção, no respeito pela Missão, Visão e Valores subjacentes, apresentamos o Relatório e Contas à Assembleia Geral, que servirá de referencial de demonstração e análise das atividades desenvolvidas e da situação patrimonial e financeira, referente ao exercício de 2023.

- Missão -

O MONTEPIO DA PSP DE LISBOA tem como missão contribuir para o desenvolvimento do bem-estar dos nossos associados, proporcionando-lhes um conjunto de respostas e serviços prestados de acordo com os fins para os quais foi concebido, que permitam responder às inúmeras carências e exigências de uma melhor qualidade de vida.

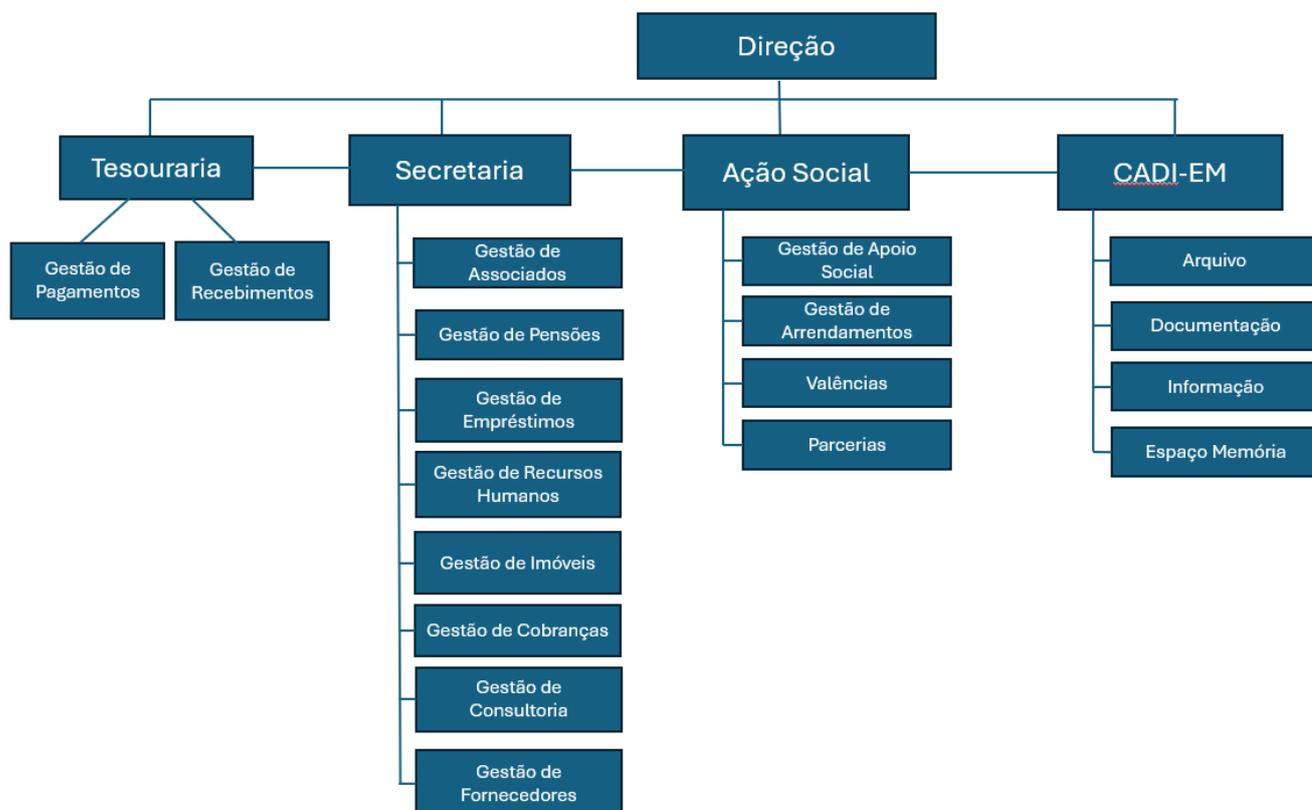
- Visão -

O MONTEPIO DA PSP DE LISBOA almeja ser reconhecido como uma Instituição capaz de melhorar a qualidade de vida dos nossos associados, através de um conjunto de ações integradas de cariz sobretudo social, cada vez mais eficazes e eficientes.

- Valores -

A ação do MONTEPIO DA PSP DE LISBOA rege-se pelos valores da Integridade, Transparência, Boa-fé, Honestidade, Confiança, Respeito, Solidariedade, e Responsabilidade social.

ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



NOTA: O Organograma Institucional do Montepio da PSP é um projeto em construção, no âmbito do processo de reestruturação em curso, iniciado em 2023.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – EXERCÍCIO DE 2023

- Mesa da Assembleia - Geral -

Presidente: Luís Manuel Alves Fernandes Moreira
Por inerência o 2.º Comandante do COMETLIS

Vice-Presidente: Luís Miguel Pereira Trindade Santos

Secretário: João Flávio Moreira Cunha
Secretário: Ricardo Jorge da Luz Cardoso

Suplente: Andreia Sofia Lourenço Pissarra
Suplente: Catarina Joana Araújo Teixeira

- Conselho Fiscal -

Presidente: Pedro José Lopes Clemente

Vogal: Iúri Alexandre de Sampaio Monteiro Rodrigues

Relator: João Luís Parreiras Pinto

Suplente: José Manuel dos Santos Cabral Carvalho
Suplente: Jorge Cristiano Ferreira Silva

- Direção -

Presidente: Álvaro da Silva Marçal

Secretário: Hermínio Afonso Pereira da Costa
Secretário: Manuel Gomes Ribeiro

Tesoureiro: Elson Ricardo Rodrigues Sereno

Vogal: Tiago Costa Torres Gonçalves
Vogal: Bruno Sérgio Alves Clemente
Vogal: Pedro Nuno Cordeiro Reis Pousadas

Suplente: Hermínio Joaquim de Matos
Suplente: António Joaquim da Cunha Rodrigues
Suplente: Jorge Ferreira de Abreu

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – EXERCÍCIO DE 2024

- Mesa da Assembleia - Geral -

Presidente: Luís Manuel Alves Fernandes Moreira
Por inerência o 2.º Comandante do COMETLIS

Vice-Presidente: Martinho Américo Borges Massa

Secretário: Catarina Sánchez Molina Morgado Vilela

Secretário: Catarina Joana Araújo Teixeira

Suplente: Andreia Sofia Lourenço Pissarra

Suplente: Patrícia Alexandra Nunes Pais

- Conselho Fiscal -

Presidente: Pedro José Lopes Clemente

Vogal: Iúri Alexandre de Sampaio Monteiro Rodrigues

Relator: João Luís Parreiras Pinto

Suplente: Joel Fernando Rodrigues Vilas Boas

Suplente: Cláudio Pedro Ferreira Figueiredo

- Direção -

Presidente: Álvaro da Silva Marçal

Secretário: Hermínio Afonso Pereira da Costa

Secretário: Manuel Gomes Ribeiro

Tesoureiro: Elson Ricardo Rodrigues Sereno

Vogal: Tiago Costa Torres Gonçalves

Vogal: Bruno Sérgio Alves Clemente

Vogal: Anabela Torres Campos

Suplente: Hermínio Joaquim de Matos

Suplente: Pedro Nuno Cordeiro Reis Pousadas

Suplente: Cláudia da Cunha Pereira

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO MONTEPIO DA PSP DE LISBOA DO ANO DE 2023

O ano de 2023 marca definitivamente o regresso à (quase) normalidade para o MONTEPIO DA PSP DE LISBOA, adiante designado por MONTEPIO, após dois anos particularmente desafiantes para os seus associados e sociedade em geral.

O presente Relatório e Contas reflete um novo impulso que se verificou nas atividades desenvolvidas pelo MONTEPIO no ano transato, perante um paradigma de grande incerteza marcado por fortes condicionalismos, em que assistimos à continuidade da guerra na Ucrânia e implosão de uma nova guerra no Médio Oriente, com implicações a nível global, designadamente, com a subida das taxas de juros com impacto nos créditos à habitação, crise inflacionista, com o aumento dos preços, nomeadamente, dos serviços e bens de primeira necessidade quer de outros, como a energia, transportes e habitação, que foram e continuam a ser fatores de instabilidade, com impacto direto e/ou indireto no nosso dia a dia e, em particular, nos associados do MONTEPIO.

Não obstante, perante os desafios globais que imperam, o MONTEPIO pode e deve fazer parte da solução, sendo nosso dever manter um rumo estrategicamente bem definido para corresponder com cada vez mais eficácia e eficiência, às necessidades e exigências que nos colocam diariamente.

Assim sendo, este relatório incorpora um instrumento de escrutínio do exercício de 2023, que permite aferir da sua efetiva utilidade, do ponto de vista do desempenho e da robustez económica e financeira do MONTEPIO, com repercussões na vida dos nossos associados, assegurando o seu bem-estar social e familiar, essencial para as atuais e futuras gerações.

Neste contexto, o ano de 2023 representou um período de recuperação da atividade em pleno do MONTEPIO, que havia sido condicionada nos anos anteriores, dando continuidade à reabilitação de frações habitacionais, associada a uma política de arrendamento que visou continuar a dar resposta às mais diversas solicitações de necessidade e carência habitacional dos nossos associados, contando com mais uma abertura de concurso para os apartamentos de renda económica, assim como, atribuição de contratos de arrendamento para ocupação de apartamentos de renda livre.

No plano organizacional, o MONTEPIO prosseguiu a implementação de iniciativas de capacitação dos nossos recursos humanos e materiais, realizando investimentos significativos nas nossas instalações e equipamentos, sobretudo, tendo em vista, a melhoria contínua, otimização da gestão e automação de processos de trabalho, criando desta forma, condições para o nosso desenvolvimento e sustentabilidade financeira e económica.

De Associados Para Associados

Na vertente dos recursos humanos, destaca-se a melhoria das condições de trabalho dos nossos trabalhadores, proporcionando-lhes formação adequada às suas funções e negociação e consequente celebração de um seguro de saúde, direcionado para a promoção da sua saúde e bem-estar extensível aos respetivos agregados familiares, assim como, a adoção de medidas que permitam cada vez mais, a conciliação da sua vida profissional com a vida pessoal e familiar, vincando deste modo, a responsabilidade social do MONTEPIO enquanto empregador.

Face ao exposto, é convicção da presente Direção, que esta trajetória, iniciada nos últimos anos permitirá concretizar novas oportunidades de desenvolvimento e crescimento, fazendo jus aos 100 anos de vida do MONTEPIO, dando continuidade ao trabalho desenvolvido no último exercício e prosseguindo para o efeito, com projetos ambiciosos e inovadores no futuro.

I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. Reuniões realizadas

No decorrer do ano transato, a Direção reuniu-se com regularidade, de forma assíncrona e síncrona, mediante uma agenda de trabalhos previamente definida e distribuída aos seus membros, em função das suas competências, tendo sido realizadas um total de 35 reuniões entre Direção, Conselho Fiscal e outras entidades, tendo em vista a prossecução da missão e fins do MONTEPIO.

- **Direção:** 24 reuniões;
- **Direção c/ Conselho Fiscal:** 6 reuniões;
- **Direção c/ outras Entidades:** 5 reuniões;
 - Câmara Municipal de Cascais;
 - Câmara Municipal de Oeiras;
 - Direção-Geral da Segurança Social;
 - Junta de Freguesia de Arroios;
 - Associação Portuguesa de Mutualidades.

2. Movimento de Associados

Figura 1. Movimento de associados entre os anos de 2021 e 2023

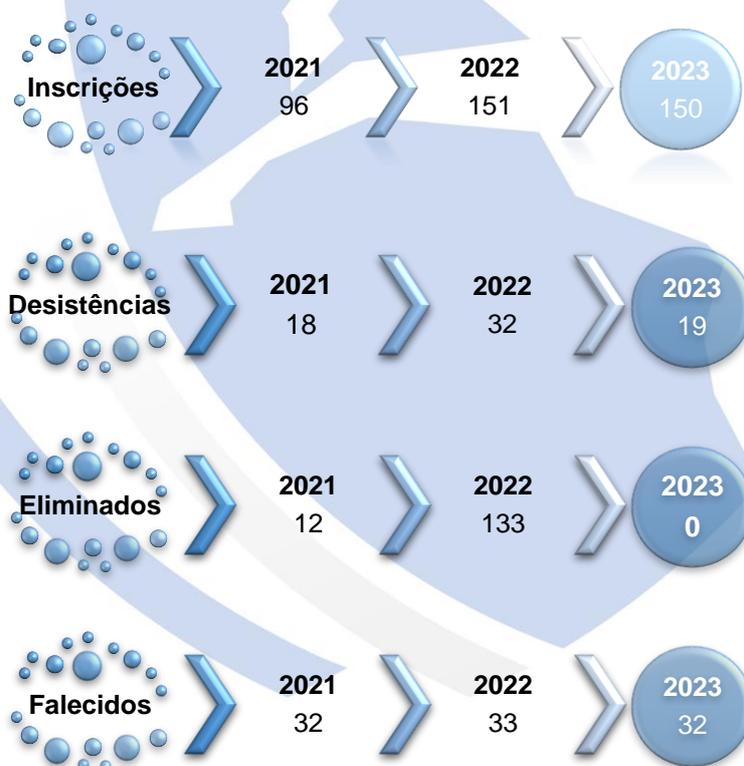




Tabela 1. Movimento de associados entre os anos de 2021 e 2023

	2021	2022	2023
Inscrições	96	151	150
Desistências	18	32	19
Eliminados	12	133	0
Falecidos	32	33	32
Total Associados (a 31 de dezembro)	2.184	2.137	2.236

O número de associados do MONTEPIO tem-se mantido relativamente estável, em termos de entradas e saídas, verificando-se um ligeiro crescimento de cerca de 5%, totalizando atualmente 2 236 associados, sendo que, grande parte destes, encontram-se na efetividade de serviço. Ainda assim, destaca-se a evolução positiva do número de novas inscrições, que tem seguido uma trajetória ascendente nos últimos anos.

Em contrapartida, por iniciativa dos nossos associados e mediante manifestação de vontade, registaram-se 19 desistências de associados, pelos mais variados motivos, como por exemplo, colocações por oferecimento noutros Comandos.

Pelos 32 associados falecidos, o Montepio apresenta sentidas condolências aos seus familiares.

3. Pensões de Sobrevivência

No que se refere ao cálculo das reservas matemáticas à data de 31 de dezembro de 2023, que visam salvaguardar as pensões de sobrevivência em formação e as pensões de sobrevivência em pagamento, apresentamos a sua evolução durante o exercício de 2023, comparativamente aos anos anteriores.

Tabela 2. Pensões de sobrevivência entre os anos de 2018 a 2023¹

	2018	2020	2021	2022	2023
Pensões em formação	2.123	2.170	2.198	2.137	2.225
Quotas fixas ¹	25.798,56€	26.396,28€	26.721,96€	24.105,36€	27.196,32€
Quotas actuariais ²	67.840,17€	69.423,45€	70.364,37€	68.438,07€	70.689,76€
Pensões em formação	447.455,76€	495.696,46€	501.704,32€	488.851,48€	505.003,72€
R. Matemáticas. ³	3.179.240,29€	3.456.552,36€	3.436.469,85€	3.205.271,77€	3.191.476,31€
R. Matemáticas. ⁴	2.544.185,20€	2.696.831,35€	2.657.120,40€	2.383.724,07€	2.369.747,27€

Pensões Pagamento	739	772	784	691	645
Volume pensões	155.906,76€	173.833,92€	176.856,42€	156.291,72€	145.979,34€
Quotas	00,00€	00,00€	00,00€	00,00€	00,00€
R.M. ⁵	1.297.709,95€	1.330.038,98€	1.346.875,64€	1.192.269,00€	1.093.956,15€

RESERVA BALANÇO	4.476.050,34€	4.786.591,34€	4.783.345,49€	4.397.540,77€	4.285.432,46€
------------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

Fonte: Relatório Atuarial

Tendo em consideração os quadros anteriores, verifica-se nos últimos anos uma diminuição de beneficiários com pensões a pagamento, que deriva essencialmente, do incumprimento estatutário, do pagamento de quotas e/ou da obrigação de fazer a prova de vida anual.

3.1. Prova de Vida – Novo Procedimento

Pese embora exista este dever, nomeadamente, o de fazer a prova de vida durante o mês de dezembro de cada ano, alguns dos pensionistas não procedem em conformidade, não existindo à partida, qualquer penalização para a sua não realização, podendo vir a exercer tal dever à posterior, durante o ano seguinte, a não ser, em casos em que esta situação persista no tempo para além daquilo que se considere aceitável.

Aqui chegados e verificada a contínua diminuição de beneficiários com pensões a pagamento, sendo a prova de vida considerada obrigatória e um fator indispensável à prossecução de um dos fins do MONTEPIO, em 16 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral de associados do MONTEPIO aprovou, por unanimidade, o procedimento para realização de prova de vida dos beneficiários de pensões, de forma a ultrapassar a não realização atempada, da prova de vida pelos beneficiários.

¹ Quotas fixas ¹: cobradas pelos associados de acordo com o seu posto profissional;

Quotas actuariais ²: quotas devidas se fosse aplicada a idade atuarial do associado, conforme bases técnicas de transição, entregues na Direção Geral da Segurança Social (DGSS);

R.M. ³: Reservas Matemáticas provenientes de quotas fixas;

R.M. ⁴: Reservas matemáticas provenientes de quotas actuariais;

R.M. ⁵: Reservas matemáticas relativas às pensões em pagamento

Na sequência dessa aprovação, o MONTEPIO de forma preventiva poderá solicitar, anualmente e antecipadamente, aos respetivos beneficiários pensionistas, para procederem à atualização dos seus dados, impreterivelmente, de 01 a 31 de Janeiro de cada ano, mediante a apresentação de documento idóneo, sob pena, de que poderá vir a cessar definitivamente o direito à pensão, caso a prova de vida não seja realizada até ao 5º (quinto) dia do mês de Fevereiro, reservando-se ao MONTEPIO, o direito de convocar o beneficiário para uma entrevista presencial. Assim sendo, caso o beneficiário não compareça a essa convocatória, nada diga ou faça, a atribuição da pensão/benefício cessa definitivamente.

Entretanto a estrutura etária dos beneficiários das pensões em pagamento, não deixa de merecer a nossa atenção, tendo em conta, que dos 645 pensionistas com pensões a pagamento, 428 têm mais de 80 anos, dentro dos quais, 148, completaram a idade de 90 ou mais anos.

Figura 2. Panorama geral de pensões de sobrevivência em 2023



4. Adiantamentos sobre as Reservas Matemáticas

No que concerne aos adiantamentos sobre as reservas matemáticas, ou sobre as quotas pagas, estes consubstanciam-se num instrumento de ordem financeira ao dispor dos associados do MONTEPIO, tendo em vista, permitir-lhes o acesso a liquidez, através de um determinado capital a título de adiantamento, de modo a fazer face a despesas extraordinárias de ordem social, saúde ou promoção da qualidade de vida e bem-estar, que podem ser concebidos nos termos e condições pré-definidos e acordados entre as partes.

Comparativamente aos anos anteriores, no ano de 2023, não se verificou qualquer oscilação no número de adiantamentos atribuídos, designadamente, em relação ao ano de 2022, registando-se um número igual de adiantamentos sobre as reservas matemáticas atribuídos, no montante total de 74.700,00€.

Figura 3. Movimento de adiantamentos a associados em 2023



5. Arrendamento de Imóveis habitacionais/comerciais

A missão do MONTEPIO na reabilitação, revitalização e consequente rentabilização do seu património imobiliário assenta numa estratégia de intervenção integrada que, para além de garantir os proveitos financeiros necessários à sustentabilidade dos seus fins, procura também dar resposta aos novos desafios com que os seus associados se têm deparado nos últimos anos, principalmente no acesso à habitação.

Como tal, o agravamento das taxas de juro dos créditos à habitação, o aumento do preço de venda e construção de novas habitações e o aumento sucessivo do valor das rendas habitacionais no mercado imobiliário, continuam a agudizar a crise habitacional que impera no país, com especial relevância na cidade de Lisboa. Esta realidade coloca ainda mais pressão sobre o MONTEPIO, considerando a importância primordial deste ativo para o seu desenvolvimento estratégico e financeiro que se contrapõe à necessidade de uma resposta cada vez mais alargada e robusta às carências dos nossos associados em termos de habitação, seja através do arrendamento de habitações de renda económica (social), seja através do arrendamento de habitações de renda livre ou, através do arrendamento de coabitações.

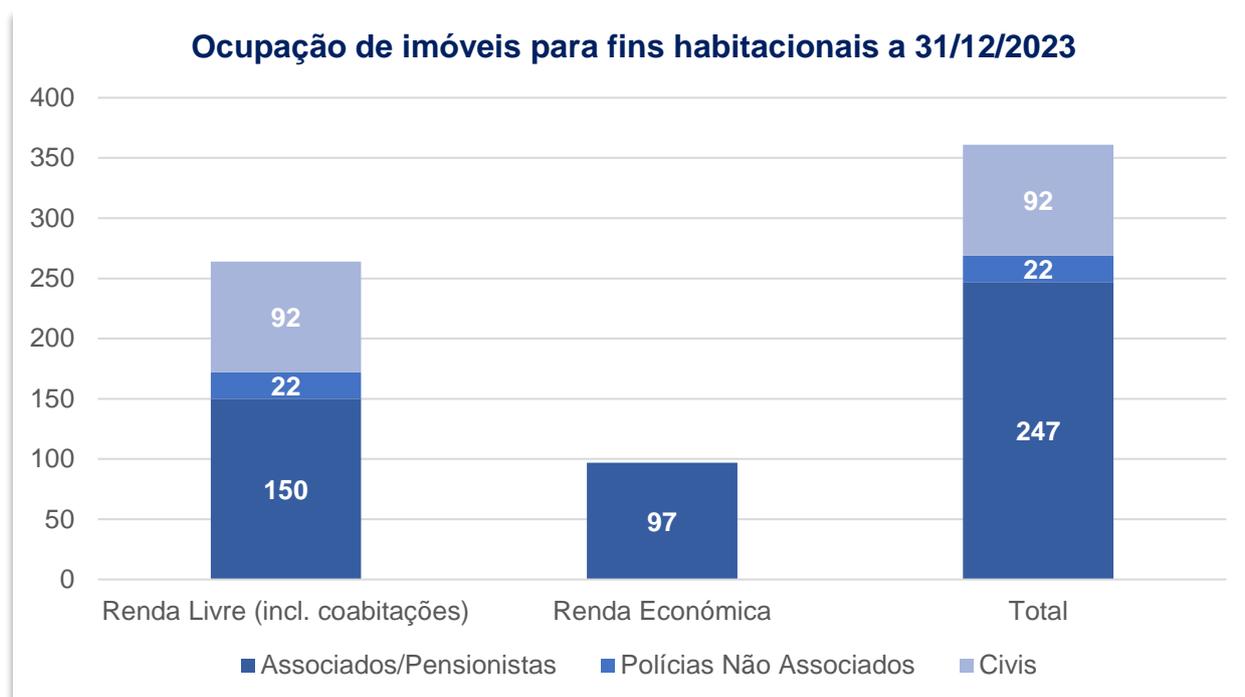


Figura 4. Ocupação de imóveis para fins habitacionais a 31/12/2023

5.1. Regime de renda livre:

Os imóveis de renda livre correspondem a todos os imóveis previstos no Anexo I do Regulamento de Renda Livre³, e cuja atribuição não se encontra sujeita a concurso.

Durante o ano de 2023, o arrendamento em renda livre decorreu de acordo com as regras previstas no Regulamento de Renda Livre aprovado em Assembleia-Geral de associados de dezembro de 2022, tendo-se procedido também à atualização dos pedidos de renda livre ativos, anteriores à sua aprovação.

O Regulamento em questão foi objeto de alterações em Assembleia-Geral de associados de abril de 2023 e dezembro de 2023, no sentido de responder a situações omissas que se verificaram no âmbito da sua aplicação.

À semelhança do Regulamento de Renda Económica, a entrada em vigor do Regulamento de Renda Livre e, a sua publicitação posterior em Ordem de Serviço e *website* do MONTEPIO, permitiu a divulgação junto

³ **Localização dos imóveis de renda livre:** Alameda D. Afonso Henriques n.º 50; Avenida Almirante Reis n.º 62, 150 e 152; Avenida de Berna n.º 33; Avenida Conde de Valbom n.º 120; Avenida Elias Garcia n.º 175, 176 e 181; Avenida Estados Unidos da América n.º 103; Avenida de Madrid n.º 16 e 28; Avenida de Roma n.º 90; Calçada das Necessidades n.º 16; Rua António Pedro n.º 17 e 24; Rua Arco do Carvalhão n.º 191; Rua Cavaleiro de Oliveira n.º 38; Rua da Correnteza n.º 39; Rua Francisco Metrass n.º 30; Rua Ilha de São Tomé n.º 12; Rua Leão de Oliveira n.º 4; Rua Ramalho Ortigão n.º 43; Rua de São Bernardo n.º 27; Rua Triângulo Vermelho n.º 12.

dos associados da forma e modo de aplicação do regime de renda livre, assim como a definição de regras e critérios claros de atribuição e a disponibilização de listas de acesso público de ordenação dos pedidos, que permitem aos associados a consulta a qualquer momento da sua posição na respetiva lista de ordenação, contribuindo desta forma para a transparência deste processo.

Neste contexto, durante o ano de 2023, foram celebrados um total de 25 contratos de arrendamento com associados para apartamentos em regime de renda livre, de acordo com a seguinte desagregação:

Figura 5. Arrendamento habitacional em regime de renda livre (excl. coabitações) em 2023, por categoria profissional



5.2. Regime de renda económica:

No âmbito do regime de renda económica, destaca-se a aprovação do Regulamento de Renda Económica, em Assembleia-Geral de associados realizada em 15 de abril de 2023, que introduziu alterações que visam uma maior transparência da tramitação processual dos concursos e dos critérios de atribuição destas habitações, assim como a garantia de equilíbrio financeiro, face às necessidades de reabilitação urbana existentes.

De forma a alargar a resposta à crescente procura de habitação de renda económica, a Direção definiu como objetivo operacional, a realização deste tipo de concursos com uma frequência mínima anual, procurando satisfazer as crescentes necessidades habitacionais dos seus associados, principalmente os que se encontram deslocados temporariamente da sua área de residência por motivos profissionais e sem possibilidade de apoio da sua rede familiar.

Os imóveis de renda livre correspondem, assim, a todos os imóveis previstos no Anexo I do Regulamento de Renda Económica ⁴, e cuja atribuição se encontra sujeita a concurso.

⁴ Rua Atriz Maria Matos Lotes 1124 e 1125; Rua do Chibuto Lotes 405, 406, 407 e 408; Rua Quinta do Jacinto n.ºs 41, 43 e 45; Bairro Marechal Carmona Blocos BL-1, BL-2 e BL-3.

Em abril de 2023, foi publicado na Ordem de Serviço n.º 78 do COMETLIS e no *website* do Montepio da PSP, o aviso de abertura de concurso para atribuição de 12 apartamentos de renda económica.

O referido concurso teve uma adesão significativa, contando com a submissão de 54 candidaturas válidas, que culminou com a atribuição de 11 novas habitações de renda económica a associados, sendo, 9 da carreira de Agentes, 1 da carreira de Chefe e 1 da carreira de Oficial, após a publicação dos resultados definitivos em junho de 2023.

De salientar, que das 12 habitações a concurso, uma não foi ocupada por via da desistência do candidato contemplado.

Figura 6. Arrendamento habitacional em regime de renda económica em 2023, por categoria profissional



5.3. Coabitações:

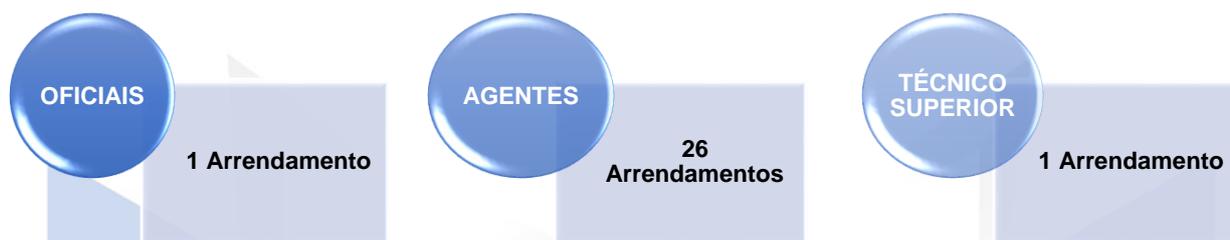
À semelhança dos anos anteriores, o MONTEPIO tem mantido o investimento nas Residências Montepio PSP, face à constante procura deste tipo de resposta por parte dos seus associados. Neste momento, encontram-se em funcionamento 15 coabitações, verificando-se um acréscimo de 5 face ao ano de 2022, distribuídas da seguinte forma:

Figura 7. Distribuição das Residências Montepio PSP em funcionamento a 31/12/2023



No ano de 2023, foram celebrados 28 contratos de arrendamento, para quartos de coabitação, com associados, de acordo com a seguinte dessegregação:

Figura 8. Arrendamento de quartos em Residências Montepio PSP em 2023, por categoria profissional



5.4. Arrendamentos ao abrigo do protocolo celebrado com os Serviços Sociais da PSP (SSPSP):

No âmbito do protocolo de cooperação institucional celebrado com os Serviços Sociais da PSP, desde 2022, nomeadamente ao nível do apoio social e habitacional, não se verificaram quaisquer arrendamentos ao abrigo do referido protocolo, durante o ano de 2023.

5.5. Arrendamento de estabelecimentos comerciais:

Em relação ao arrendamento dos espaços comerciais do MONTEPIO, em 2023, contabilizou-se um total de 36 estabelecimentos afetos a comércio ou utilizados para esse fim, sendo que, destes, 28 encontravam-se arrendados a elementos civis, ou, em utilização pelo MONTEPIO e, 8 espaços encontram-se atualmente vagos.

Ressalva-se que 2 dos espaços arrendados, até aproximadamente ao fecho do ano de 2023, eram objeto de um processo judicial interposto pelo MONTEPIO (Avenida Almirante Reis 150 B-C/Avenida Almirante Reis 152, Cave Direita), face à existência de rendas em dívida e possível subarrendamento, que apenas ficou concluído por acordo judicial entre as partes em janeiro de 2024, tendo os espaços sido recuperados.

Dos espaços comerciais que ainda se encontram vagos, um deles, encontrava-se a receber obras de recuperação para posterior arrendamento (R. Ramalho Ortigão, n.º 43 A) e outro (Av. de Roma, n.º 90 D) encontra-se atualmente a aguardar a conclusão de um processo negocial com a entidade arrendatária, inerentes ao arrendamento deste espaço.

De salientar, que outros 3 espaços comerciais que se encontram vagos, sitos na Avenida Almirante Reis, n.º 150, onde futuramente, será materializado o projeto do Centro SIM - Centro de Serviços Integrados do MONTEPIO, não têm sido ativamente considerados para arrendamento devido a opções gestionárias. Em relação aos restantes espaços, tem-se procurado obter propostas de arrendamento mais consentâneas com os valores de mercado atuais.

5.6. Informação acerca dos novos contratos de arrendamento com porteiros:

Nos últimos anos, prosseguimos e intensificamos a nossa política de mudança de paradigma com os porteiros que não pagavam qualquer renda até então, sendo que, atualmente, a maior parte já possui uma relação contratual formal por via do respetivo contrato de arrendamento, tendo como objetivo, sobretudo, estabelecer um compromisso entre as partes, vinculando-os ao cumprimento das responsabilidades inerentes à função de “*porteiro*”, assim como, ao pagamento de uma renda mensal.

Em 2022, a Direção do MONTEPIO adotou uma nova política de gestão da relação com os porteiros dos vários prédios pertença da instituição, após um trabalho exaustivo de interpretação e análise das situações existentes, com a cooperação e assessoria jurídica de profissionais qualificados para o efeito.

Face ao exposto, a Direção optou por celebrar novos contratos para as frações de porteiro que se encontravam vagas, preferencialmente com associados, com definição contratual das responsabilidades inerentes ao desempenho desta função, tendo como contrapartida, a atribuição de habitação (vulgo casa de porteiro).

Nas situações já existentes e prévias a esta política, quando possível e mediante análise jurídica, foram iniciados processos de renegociação, no sentido de equiparar ou aproximar essas situações do novo paradigma em prática.

Estes novos contratos foram celebrados durante o ano de 2022, assim como os processos de renegociação mencionados anteriormente, sendo que no início de 2024, retomaram-se alguns processos de renegociação face à caducidade de alguns destes contratos.

Tabela 3. Contratos celebrados com porteiros

CONTRATOS COM PORTEIROS	
Novos Contratos	
Associados	Polícias Não Associados
3	1
Renegociações	
Associados	Polícias Não Associados
1	1

Neste sentido, esta área teve pouca expressão em termos de atividade durante o ano de 2023, salvo dois processos de renegociação que se iniciaram já na parte final de 2023.

5.7. Atualização das rendas (Habitacionais e comerciais):

Em novembro de 2023 face à necessidade de reforço da receita do MONTEPIO, para efeitos de investimento futuro no seu património, de que se destacam as reabilitações de apartamentos, elevadores, coberturas, fachadas, colunas de água, gás e eletricidade de diversos prédios, a Direção decidiu proceder ao aumento das rendas dos contratos de arrendamento habitacionais e comerciais em vigor, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024.

Face ao exposto, nos termos da Lei n.º 56/2023, de 06 de outubro, que aprovou o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), as rendas são atualizadas com base no coeficiente de atualização anual que resulta da taxa de inflação média nos últimos 12 meses, sem habitação, registada a 31 de agosto do ano anterior à atualização.

Pese embora, ter sido registado um aumento de 6,94% para a generalidade dos contratos de arrendamento em vigor, conforme coeficiente apurado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)⁵, a Direção do MONTEPIO optou por discriminar positivamente os contratos de arrendamento dos seus associados, no sentido de aplicar a estes, um coeficiente de 3,50%, o que corresponde a aproximadamente 50% do coeficiente aplicado à generalidade dos contratos de arrendamento do mercado imobiliário. Aos restantes contratos de arrendamento, com Polícias não associados e civis, foi aplicada a taxa de 6,94%, em conformidade com o percentual em vigor para a generalidade dos contratos de arrendamento.

6. Património imobiliário

O MONTEPIO é detentor de um vasto e diversificado património imobiliário, maioritariamente localizado no Concelho de Lisboa, que se estende ao Concelho de Cascais. Este património é o resultado de um esforço realizado ao longo destes quase 100 anos, caracterizado na sua maioria por estruturas de habitação e alguns espaços comerciais. É com este património que o MONTEPIO continua a dar resposta aos graves problemas de habitação dos seus associados e Polícias em geral, numa ação social de dimensão e impacto incalculável.

Assim sendo, o MONTEPIO tem o compromisso de preservar, valorizar e rentabilizar o seu património, através de um permanente trabalho de reabilitação destes ativos, desenvolvido por empresas que garantem padrões de qualidade reconhecida, com grande acuidade e responsabilidade de todas as partes envolvidas, com a finalidade de criar respostas sociais para as necessidades cada vez mais prementes e gerar receitas que possam reverter e desta forma, permitir ao MONTEPIO, investir cada vez mais e melhor.

⁵ Aviso n.º 20980-A/2023, de 26 de outubro de 2023, publicado no Diário da República de 30 de outubro de 2023.

6.1. Reabilitação do edifício da Rua António Pedro, n.º 24:

No âmbito das deliberações mais relevantes de 2022 e 2023 relacionadas com o património, e mais particularmente, no que diz respeito ao edifício da Rua António Pedro, n.º 24, o MONTEPIO, salienta-se a aprovação do projeto de arquitetura para este edifício, na sequência do despacho favorável da Câmara Municipal de Lisboa (CML), estando assim, e depois de 17 meses, reunidas as condições para se poder avançar com os projetos de especialidades da estrutura e de estabilidade, quer de arquitetura (tipo de acabamentos, escolha da louça sanitária, desenho do mobiliário, equipamentos, etc.) quer das especialidades (sistemas de climatização, aquecimento de águas sanitárias, tipo de fontes de energia renovável a usar, etc.), que serão submetidos posteriormente à CML.

Numa segunda fase, e até final de Julho, é intenção do MONTEPIO proceder à conclusão do processo para o concurso de empreitada (projetos de execução de arquitetura e especialidades, caderno de encargos e mapa de medições e quantidades), dando um prazo máximo de resposta de 2 meses, para que durante o mês de Outubro, possa-se proceder à análise das propostas rececionadas e consequente seleção da entidade executante (EE), por pessoa singular ou coletiva que irá executar a totalidade da obra, dando início dos trabalhos, cuja duração prevê-se durar entre 18 a 24 meses.

6.2. Requalificação do Auditório Comandante Ferreira do Amaral e zonas envolventes:

Numa perspetiva de melhoria das condições a oferecer aos nossos associados e no âmbito de um conjunto de iniciativas para assinalar o 100.º aniversário do MONTEPIO e de reconhecimento dos seus mentores, durante o ano de 2023, foram levadas a cabo, diversas obras de requalificação do logradouro, auditório, sala de reuniões, corredores de acesso e salas conexas do edifício – sede, sito na Avenida Almirante Reis, n.º 152, que culminou com uma cerimónia histórica de inauguração do nosso auditório, no dia 31 de outubro, localizado na sede do MONTEPIO, ao qual atribuímos a designação “*Auditório Comandante Ferreira do Amaral*”.

6.3. Recuperação da antiga barbearia do Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS):

Tendo como referência os novos ideais e conceitos de museus vivos, interativos, imersivos, convocando a extensão e a diversidade do património humano, social e cultural da PSP, foi uma das apostas da Direção, durante o ano de 2023, proceder à revitalização da barbearia do antigo Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS), ainda em funcionamento, embora esporadicamente, tendo latente um conceito que marcou o início do século XX.

Com isto, pretende-se que a barbearia possa funcionar regularmente e desta forma, continue a oferecer ao efetivo da PSP um serviço ímpar, num ambiente integrado no Museu da Polícia (MUP), podendo no futuro, integrar o circuito de visita do referido Museu.

Este projeto apesar de permitir a continuidade do funcionamento da barbearia, dispendo de excelentes condições para o efeito, faz parte de uma forte campanha de *marketing* junto da sociedade, mostrando as várias valências do MONTEPIO, e acima de tudo, a sua importância história intrinsecamente ligada à história contemporânea nacional.

6.4. Ações de Supervisão:

As ações de supervisão consistem num conjunto de iniciativas da maior importância para a gestão do MONTEPIO, no médio/longo prazo, que visam assegurar a utilização eficaz e eficiente dos seus recursos financeiros, concretamente, na reabilitação do seu edificado, em que os trabalhadores e dirigentes com competências para o efeito, monitorizam e acompanham permanentemente no terreno, todo o processo de obra, nas suas diversas etapas, seja a montante, através da análise criteriosa dos orçamentos, durante a realização da obra, ou a jusante, na fase de entrega da obra, após a conclusão dos trabalhos, recorrendo a técnicos qualificados e apoio jurídico sempre que necessário.

A implementação deste procedimento desde 2022, constitui um importante instrumento de trabalho, cujos benefícios se refletem direta e indiretamente na sustentabilidade do MONTEPIO e na organização/estruturação de processos produtivos de trabalho, que muito tem contribuído para reduzir a despesa.

Face ao exposto, é possível assinalar a realização de 81 ações de supervisão durante o ano de 2023:

- **ASI** – Ação de Supervisão Inicial: 1
- **ASPT** – Ação de Supervisão de Progresso dos Trabalhos: 5
- **ASCT** – Ação de Supervisão para Conclusão dos Trabalhos: 35
- **ASD** – Ação de Supervisão Diversa: 6
- **ASEA** – Ação de Supervisão de Entrega de Apartamento: 34

6.5. Valor do património imobiliário:

Mapa 1. Relação de imóveis e sua valorização

Nº PRÉDIO	MORADA	FREGUESIA	ARTIGO MATRICIAL	Data de Aquisição	Valor patrimonial a 31/12/2023
1	AV. ALMIRANTE REIS, 62	ARROIS	3552	29/07/1930	1 415 710,13 €
2	AV. ALMIRANTE REIS, 150	ARROIS	2233	30/10/1933	839 322,91 €
3	AV. ALMIRANTE REIS, 152	ARROIS	1157	30/10/1933	658 071,11 €
4	R. ANTÓNIO PEDRO, 24	ARROIS	937	20/11/1933	900 910,65 €
5	R. LEÃO OLIVEIRA, 4	ALCÂNTARA	805	02/03/1935	468 930,00 €
6	AV. ELIAS GARCIA, 181	AVENIDAS NOVAS	1191	07/05/1935	390 978,00 €
7	AV. ELIAS GARCIA, 175	AVENIDAS NOVAS	1185	27/07/1935	401 158,45 €
8	AC. C. VALBOM, 120	AVENIDAS NOVAS	1107	29/07/1936	636 353,18 €
9	AV. ELIAS GARCIA, 176	AVENIDAS NOVAS	1165	15/11/1937	939 311,45 €
10	ALAM D. AFONSO HENRIQUES, 50	AREEIRO	848	14/07/1938	503 411,03 €
11	AV. BERNA, 33	AVENIDAS NOVAS	1219	11/08/1938	1 021 648,25 €
12	R. ILHA S. TOMÉ, 12	ARROIOS	3332	12/08/1941	707 077,69 €
13	R. CAVALEIRO OLIVEIRA, 38	ARROIOS	1278	26/06/1942	270 253,00 €
14	R. ANTÓNIO PEDRO, 17	ARROIOS	1306	15/04/1944	480 358,90 €
15	R. TRIANGULO VERMELHO, 12	PENHA FRANÇA	2633	31/10/1947	424 692,57 €
16	AV. MADRID, 28	AREEIRO	1533	13/01/1951	678 119,46 €
17	AV. MADRID, 16	AREEIRO	841	17/03/1951	998 504,67 €
18	AV. E.U.A., 103	ALVALADE	325	20/02/1953	1 520 035,49 €
19	CALÇADA DAS NECESSIDADES, 16	ESTRELA	1614	18/05/1956	828 970,80 €
20	LARGO CIDADE DO SAL, Nº 5	CASCAIS	2304	01/09/1958	110 147,80 €
21	TRAV. CIDADE CANTAGALO, BL. 2	CASCAIS	16572	01/09/1958	109 927,50 €
22	RUA CIDADE XAI XAI, BIOCO 3	CASCAIS	15876	01/09/1958	157 406,20 €
23	R. QUINTA DO JACINTO 41	ALCÂNTARA	1155	28/10/1960	246 036,00 €
24	R. QUINTA DO JACINTO 43	ALCÂNTARA	1156	28/10/1960	245 853,30 €
25	R. QUINTA DO JACINTO 45	ALCÂNTARA	1157	28/10/1960	246 036,00 €
26	AV. ROMA, 90	ALVALADE	2190	22/11/1961	1 824 417,27 €
27	R. S. BERNARDO, 27	CAMPO OURIQUE	1005	27/12/1961	1 229 473,65 €
28	R. RAMALHO ORTIGÃO, 43	AVENIDAS NOVAS	954	27/07/1963	856 947,46 €
29	R. CORRENTEZA, 39	BELÉM	1422	16/12/1963	780 537,49 €
30	RUA DO CHIBUTO, LT 405	OLIVAIS	2455	24/06/1966	271 299,35 €
31	RUA DO CHIBUTO, LT 406	OLIVAIS	2456	24/06/1966	335 560,06 €
32	RUA DO CHIBUTO, LT 407	OLIVAIS	2457	24/06/1966	271 299,35 €
33	RUA DO CHIBUTO, LT 408	OLIVAIS	2454	24/06/1966	355 563,53 €
34	R. ARCO CARVALHÃO, 191	CAMPO OURIQUE	2374	28/11/1966	1 043 670,89 €
35	R. A. MARIA MATOS, LT 1124	BENFICA	2083	16/06/1969	926 583,35 €
36	R. A. MARIA MATOS, LT 1125	BENFICA	2084	16/06/1969	926 583,35 €
37	R. FRANCISCO METRASS, 30	CAMPO OURIQUE	2540	24/06/1974	1 187 592,56 €
TOTAL					25 208 752,85 €

OBS. Estes valores resultam da avaliação efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira nos termos do artº 38º e seguintes do CIMI e ao artº 15º do DL 287/03, de 12/11, reportados a 31/12/2023

7. Processo de evolução do CADI-EM, desde a sua criação e perspetivas futuras

O Centro de Arquivo, Documentação e Informação – Espaço Memória (CADI-EM) do MONTEPIO foi criado a 16 de junho de 2023, em reunião de Direção, com o objetivo de identificar, organizar, preservar, divulgar e disponibilizar o seu acervo documental aos seus associados e comunidade em geral.

Tem desde a sua origem, a intenção de agilizar procedimentos ao nível da gestão documental e aprofundar o conhecimento da história do MONTEPIO, dos seus associados e do seu papel social, contribuindo para reafirmar a importância do seu percurso e da sua nobre missão, tendo em consideração, que investir na salvaguarda da história do nosso passado é criar e promover uma cultura de respeito e enaltecimento por todos quanto serviram e servem a causa do Montepio, dando continuidade ao propósito que esteve na sua origem, tornar mais consistente o nosso presente e garantir o nosso futuro.

Estes trabalhos iniciaram-se com a pesquisa e descrição de documentos históricos do arquivo histórico militar, para a elaboração da publicação sobre a vida e obra do Comandante Ferreira do Amaral, lançada no dia 31 de outubro de 2023. Relativamente ao arquivo histórico procedeu-se à recolha e salvaguarda do arquivo, que se encontrava na antiga sede da Mouraria, assim como a identificação do espólio da antiga tipografia que ainda aguarda recolha.

O CADI-EM pretende a médio-longo prazo, ser um centro difusor de cultura, de património do MONTEPIO e um centro de informação sobre parte da história do nosso país, da Polícia e da nossa sociedade. Para alcançar este propósito, é necessário criar alicerces e gradualmente concretizar uma estratégia de implementação física do arquivo e do centro de documentação, que possibilite a consulta do acervo arquivístico representativo da história do MONTEPIO.

Para o ano de 2024, estão traçados alguns objetivos imprescindíveis para a consumação do CADI-EM, a saber:

- Elaboração e apresentação do Plano de Actividades do CADI-EM para o ano de 2024;
- Reacondicionamento do arquivo;
- Instalação e parametrização de um software de arquivo e biblioteca;
- Reacondicionamento da antiga tipografia do Montepio da PSP de Lisboa;
- Iniciação da descrição do arquivo histórico do Montepio;
- Preparação de uma conferência a realizar-se no Auditório Comandante Ferreira do Amaral;
- Elaboração e divulgação do património documental em uma rúbrica online, a título de exemplo: “Papel sobre papel”;
- Preparação e lançamento de um livro em braille e um audioBook do livro lançado no dia 31 de outubro de 2023, sobre o Comandante Ferreira do Amaral, assim como, o lançamento do mesmo livro em língua inglesa;

- Elaboração do Plano de Classificação MEF;
- Continuação do processo de reestruturação de organização documental e processual corrente.

8. Inauguração do Auditório Comandante Ferreira do Amaral

Foi num ambiente de grande emoção que no dia 31 de outubro, o MONTEPIO inaugurou o Auditório Comandante Ferreira do Amaral, localizado nas instalações da sua sede, na Avenida Almirante Reis n.º 152, em Lisboa.

No âmbito de um conjunto de iniciativas para assinalar o 100.º aniversário do MONTEPIO e de reconhecimento dos seus mentores, Comandante Ferreira do Amaral e Comissário Lino D' Oliveira, foi realizado um evento histórico perante uma sala repleta de associados do MONTEPIO, antigos e atuais dirigentes dos órgãos sociais, assim como ilustres personalidades ligadas à Polícia e à cidade de Lisboa, nomeadamente, suas Ex.ªs, o Diretor Nacional da PSP, a presidente da Junta de Freguesia de Arroios, o Diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), o Secretário-Geral dos Serviços Sociais da PSP, a Diretora do Museu da PSP (MUP) e o Maestro da Banda Sinfónica da PSP e outros convidados, que presenciaram um marco assinalável na história do MONTEPIO, onde foi possível juntar familiares ainda vivos destas ilustres personagens e perpetuar longas horas de histórias que nutrem, sem sombra de dúvida, a singularidades dos seus feitos em vida e os seus contributos para a “obra” que, passado praticamente 100 anos, esta Direção tem o apanágio de representar.

8.1. Exposição sobre a vida e obra do Comandante Ferreira do Amaral:

Este evento, realizado no dia 31 de outubro de 2023, culminou num porto de honra no logradouro do edifício, ao som da atuação ao vivo de um trio de sopro da Banda Sinfónica da PSP e onde todos os presentes, tiveram a oportunidade de apreciar a exposição sobre a vida e obra do Comandante Ferreira do Amaral, concebida pelo CADI-EM do MONTEPIO, com os contributos da Fundação Mário Soares, Arquivo Histórico Militar, Hemeroteca, Arquivo Municipal de Lisboa e dos familiares do Comandante Ferreira do Amaral.

8.2. Livro acerca da vida e obra do Comandante Ferreira do Amaral:

A visita a esta exposição promoveu mais um momento importante de partilha de memórias entre os convidados, servindo ao mesmo tempo de enquadramento ao livro, intitulado “*Comandante João Maria Ferreira do Amaral: O Homem, o Militar e o seu Legado*” apresentado. Uma obra pensada e elaborada para este evento, com o principal objetivo de dar a conhecer aos leitores, quem foi João Maria Ferreira do Amaral e a sua relevância no contexto histórico, que deu origem ao MONTEPIO. O livro destaca ainda todas as condecorações e louvores que recebeu em vida, assim como homenagens que lhe têm sido feitas após a sua morte.

II. BALANÇO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023

1. Demonstrações Financeiras:

1.1. Balanço

1.1.1. Ativos:

Mapa 2. Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		Montantes expressos em euros	
RUBRICAS	PERÍODOS		
	2023	2022	
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	17 880,21	18 205,00	
Propriedades de Investimento	26 910 558,28	26 582 325,05	
Outros ativos financeiros	1 718,60	1 525,40	
	26 930 157,09	26 602 055,45	
Ativo corrente:			
Inventários	51 920,00	51 920,00	
Fundadores / Associados	95 359,69	100 046,95	
Outros ativos correntes	400,00	1 568,00	
Caixa e depósitos bancários	6 070 082,61	6 227 862,90	
	6 217 762,30	6 381 397,85	
Total do Ativo	33 147 919,39	32 983 453,30	

EVOLUÇÃO DO ATIVO 2022 / 2023

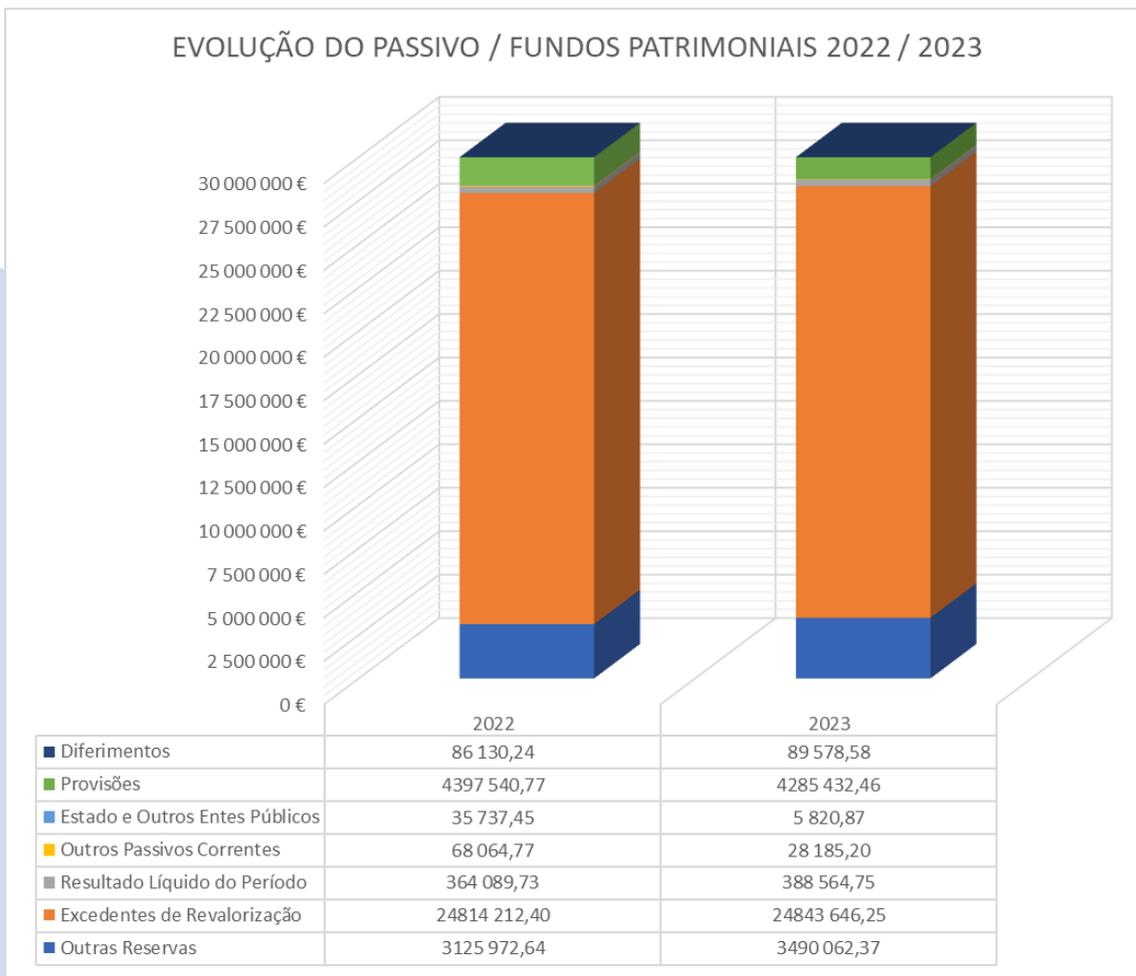


1.1.2. Fundos Patrimoniais e Passivo:

Mapa 3. Balanço (Cont.)

RUBRICAS	Montantes expressos em euros	
	PERÍODOS	
	2023	2022
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais:		
Reservas	3 490 062,37	3 125 972,64
Excedentes revalorização	24 843 646,25	24 814 212,40
	28 333 708,62	27 940 185,04
Resultado líquido do período	388 564,75	364 089,73
Total dos fundos patrimoniais:	28 722 273,37	28 304 274,77
Passivo:		
Passivo não corrente		
Provisões específicas	4 285 432,46	4 397 540,77
	4 285 432,46	4 397 540,77
Passivo corrente		
Fornecedores	16 628,91	91 705,30
Estado e outros entes públicos	5 820,87	35 737,45
Outros passivos correntes	28 185,20	68 064,77
Diferimentos	89 578,58	86 130,24
	140 213,56	281 637,76
Total do passivo	4 425 646,02	4 679 178,53
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	33 147 919,39	32 983 453,30

EVOLUÇÃO DO PASSIVO / FUNDOS PATRIMONIAIS 2022 / 2023



1.1.3. Notas Explicativas do Balanço

1.1.3.1. Ativo:

○ Ativos Fixos Tangíveis

Esta rubrica inclui todos os “Equipamentos Administrativos” do Montepio, tais como o mobiliário e equipamento informático.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil. As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros Rendimentos” ou “Outros Gastos”.

- **Propriedades de Investimento:**

Propriedades de Investimento são terrenos, edifícios ou frações detidas para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas as finalidades.

Desta rubrica constam os 37 imóveis da propriedade do Montepio, os quais se encontram mensurados pelos VPT (valores patrimoniais tributários) - € 25.208.752,85, acrescidos do valor das benfeitorias ocorridas em 2021, 2022 e 2023, estas deduzidas das correspondentes depreciações anuais (€ 2.130.907,55 - € 429.102,12).

Continuaram a considerar-se benfeitorias as obras que, pela sua dimensão e natureza de reabilitação dos imóveis, se estime que a vida útil das mesmas seja de 10 anos, o que corresponde a uma depreciação de 10% ao ano. De referir que a parcela de terreno sita na Travessa Cidade Cantagalo (Cascais), adquirida em 2017, foi anexada ao prédio já existente no mesmo local - artigo 16572, devido à dificuldade que houve em registá-la como artigo matricial independente. Por este motivo o referido terreno não se mostra representado como prédio independente, e assim se manterá enquanto não for desanexado.

- **Outros Ativos Financeiros:**

Nesta rubrica encontram-se registados o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), que é um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O FCT é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos seus trabalhadores.

Para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), de capitalização individual, as entidades empregadoras têm de contribuir mensalmente com 0,925% da remuneração base e diuturnidades de cada trabalhador, contratado a partir de 1 de outubro de 2013. O FCT, criado em 2013, terminou em março de 2023.

- **Inventários:**

Não tendo ocorrido no ano em apreço qualquer alteração dos valores inventariados em 2020, foi mantido o valor constante dos três balanços anteriores.

- **Fundadores/Associados:**

O valor evidenciado no Balanço, € 95.359,69, representa uma variação negativa, relativamente ao ano anterior, de cerca de € 4.600,00 e corresponde ao montante a devolver pelos associados à data de 31/12/2023. Este valor resulta de adiantamentos concedidos anteriormente a 2023, mais os concedidos em 2023, menos os reembolsados neste mesmo ano.

- **Outros Ativos Correntes:**

O valor inscrito (€ 400,00) corresponde a adiantamentos cujos gastos se encontram já reconhecidos em 2024.

- **Caixa e Depósitos Bancários:**

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" correspondem a depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Evidenciam o valor em numerário em caixa, o valor dos depósitos à ordem nas entidades bancárias CGD, SANTANDER, CEMG e CCAM, bem como aplicações a prazo na CEMG.

1.1.3.2. Fundos Patrimoniais e Passivo:

- **Reservas:**

As Reservas representam a "retenção" dos resultados acumulados. Esta rubrica está subdividida em "Reserva Disponível", que corresponde a 90% desses resultados, e "Reserva Estatutária" que corresponde a 10%, conforme estipulado nos Estatutos do Montepio.

- **Excedentes de Revalorização:**

Esta rubrica reflete a diferença entre o VPT dos imóveis registados em "Propriedades de Investimento" e o seu custo de aquisição.

○ **Resultado Líquido do Período:**

O resultado líquido do período reflete a diferença entre os rendimentos obtidos no período em análise e a generalidade dos gastos ocorridos.

No ano em apreço, este resultado foi positivo em € 388.564,75, para o qual contribuíram:

- **Positivamente**, a redução das provisões (Reservas Matemáticas), as quais, segundo o cálculo atuarial passaram de 4,40 M€ para 4,30 M€.
- **Negativamente**, o aumento das depreciações de 170 m€ para 220 m€, as quais têm a ver fundamentalmente com o volume de benfeitorias ocorridas em 2023 e depreciadas à taxa de 10%.

○ **Provisões Específicas:**

Provisões são gastos cautelares emergentes de obrigações presentes destinados a acautelar ou prevenir despesas que a entidade, com maior ou menor probabilidade, possa vir ou venha efetivamente a ter no futuro.

No caso concreto do MONTEPIO, tais provisões destinam-se a assegurar o pagamento de pensões, não apenas aos atuais pensionistas, como também aos associados que venham a sê-lo.

De acordo com o Relatório Atuarial, os valores daquelas provisões, também designadas por Reservas Matemáticas, reportados à data de 31/12/2023 são respetivamente:

- **€ 1.093.956,15** para os atuais pensionistas;
- **€ 3.191.476,31** para os associados.

○ **Fornecedores:**

Do saldo constante do Balanço há a destacar faturas tais como de empreiteiros e assessoria jurídica, entretanto já liquidadas em 2024.

○ **Estado e Outros Entes Públicos:**

O saldo constante do Balanço refere-se essencialmente aos encargos relativos aos salários de dezembro de 2023, entretanto já liquidados em janeiro de 2024.

- **Outros Passivos Correntes:**

Regista valores que já deram entrada nas contas bancárias, mas que apenas serão reconhecidos no decorrer do ano de 2024, bem como os encargos com férias do pessoal a liquidar em 2024.

- **Diferimentos:**

Corresponde às rendas respeitantes a 2024 recebidas por antecipação em dezembro de 2023. Com observância do Princípio da Especialização dos Exercícios, estes rendimentos devem ser reconhecidos no ano a que respeitam.

1.2. Demonstração de Resultados por natureza

1.2.1. Demonstração de Resultados

Mapa 4. Demonstração dos resultados por natureza

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	Montantes expressos em euros	
	PERÍODOS	
	2023	2022
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e Serviços Prestados	26 833,97	26 320,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(139,77)	(212,92)
Fornecimentos e serviços externos	(307 908,72)	(153 459,44)
Gastos com o pessoal	(329 341,13)	(279 821,46)
Provisões (aumentos/reduções)	112 108,31	385 804,72
Outros rendimentos e ganhos	1 710 442,51	1 684 941,49
Outros gastos e perdas	(611 512,39)	(1 138 341,63)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	600 482,78	525 231,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(220 191,50)	(169 661,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	380 291,28	355 570,17
Juros e rendimentos similares obtidos	8 580,22	9 014,29
Resultado antes de impostos	388 871,50	364 584,46
Imposto sobre o rendimento do período	(306,75)	(494,73)
Resultado líquido do período	388 564,75	364 089,73

1.2.2. Notas explicativas da Demonstração de Resultados:

○ **Vendas e Serviços Prestados:**

Do montante auferido, cerca de 95% corresponde a quotas pagas pelos associados, verificando-se um pequeno aumento face ao ano transato. Por sua vez, os restantes 5% referem-se a valores faturados pelo Centro de Convívio e pela Barbearia.

○ **Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas:**

Reflete o custo de aquisição dos bens incorporados no serviço prestado no Centro de Convívio.

○ **Fornecimentos e Serviços Externos:**

Abarca todas as despesas de carácter geral nomeadamente honorários, serviços de informática, jurídicos e de contabilidade, consumíveis, limpeza, energia, água e comunicações.

○ **Gastos com o Pessoal:**

Esta rubrica inclui todas as despesas com o pessoal, nomeadamente remunerações e encargos para a Segurança Social (incluindo os encargos gerados com férias e subsídios de férias que apenas serão pagos em 2024), bem como as pensões pagas, as quais representam 44% do total contabilizado.

○ **Provisões:**

Reflete a redução das provisões, destinadas a assegurar o pagamento de pensões, de € 4.397.540,77 (registadas em 2022) para € 4.285.432,46 (calculadas para 2023).

○ **Outros Rendimentos e Ganhos:**

Compreende os rendimentos obtidos, a título de rendas, dos imóveis arrendados, representado no Mapa n.º 5, onde reflete a evolução desde o ano 2016, no que respeita a esta rubrica.

- **Outros Gastos e Perdas:**

Regista quase na totalidade as despesas geradas pelos imóveis arrendados no que respeita a conservação e reparação, limpeza, água, eletricidade, seguros, gás e taxas municipais. O Mapa n.º 6 evidencia as despesas totais com cada um dos imóveis entre os anos de 2016 e 2023.

- **Gastos de Depreciações:**

O montante inscrito refere-se maioritariamente à depreciação das benfeitorias ocorridas em 2021, 2022 e 2023, tendo como estimativa uma vida útil de 10 anos. Inclui ainda a depreciação dos Ativos Fixos Tangíveis, mais exatamente do “Equipamento Administrativo”.

- **Juros e Rendimentos Similares Obtidos:**

Reflete os juros dos depósitos a prazo (€ 2.873,77), bem como os cobrados aos associados pelos adiantamentos concedidos (€ 5.706,45).

- **Imposto sobre o Rendimento do Período:**

O imposto apurado é exclusivamente Tributação Autónoma. De 5% sobre a compensação pela deslocação em viatura própria e de 10% sobre despesas de representação.

III. ANEXOS

1. Mapa n.º 5 – Mapa Comparativo de Rendias Recebidas entre 2016 e 2023

Mapa 5. Mapa Comparativo de Rendias Recebidas entre 2016 e 2023

N.º PRÉDIO	MORADA	RENDIAS									
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
1	AV. ALMIRANTE REIS, 62	97 680,18€	111 898,57€	111 773,85€	133 022,25€	120 324,34€	108 813,07€	121 580,67€	134 503,05€		
2	AV. ALMIRANTE REIS, 150	38 629,98€	38 730,18€	44 062,52€	47 289,21€	33 814,35€	48 258,27€	50 673,73€	41 168,56€		
3	AV. ALMIRANTE REIS, 152	41 382,16€	54 017,08€	27 093,53€	27 669,49€	21 576,80€	18 288,07€	17 286,94€	13 718,03€		
4	R. ANTÓNIO PEDRO, 24	12 932,14€	13 928,82€	9 603,76€	5 205,00€	8 220,47€	4 143,48€	2 135,44€	2 207,22€		
5	R. LEÃO OLIVEIRA, 4	48 125,61€	46 965,34€	42 793,71€	45 882,64€	45 540,54€	46 000,66€	44 102,59€	47 627,97€		
6	AV. ELIAS GARCIA, 181	21 479,40€	20 817,56€	20 922,72€	14 687,73€	8 422,50€	24 230,88€	28 275,38€	24 128,37€		
7	AV. ELIAS GARCIA, 175	28 079,22€	28 106,64€	24 473,78€	23 765,15€	20 500,00€	22 200,00€	27 075,00€	31 581,27€		
8	AC. C. VALBOM, 120	48 444,82€	48 506,89€	48 972,58€	55 574,74€	49 103,73€	52 692,16€	58 189,48€	62 818,84€		
9	AV. ELIAS GARCIA, 176	58 495,38€	58 588,10€	62 855,80€	65 279,49€	64 205,63€	63 090,89€	73 125,61€	72 915,48€		
10	ALAM. D. AFONSO HENRIQUES, 50	53 264,08€	61 583,04€	68 878,86€	74 083,09€	70 120,10€	68 074,07€	73 414,60€	83 634,01€		
11	AV. BERNA, 33	68 505,56€	67 833,19€	73 490,72€	74 230,30€	76 048,40€	79 716,38€	77 951,87€	81 770,66€		
12	R. ILHA S. TOMÉ, 12	52 779,24€	55 520,32€	53 988,18€	58 418,68€	55 986,98€	54 201,96€	58 721,08€	48 981,77€		
13	R. CAVALheiro OLIVEIRA, 38	11 225,27€	10 398,66€	9 826,55€	9 640,44€	8 415,47€	11 139,64€	22 561,25€	20 473,83€		
14	R. ANTÓNIO PEDRO, 17	45 187,43€	45 331,05€	47 076,65€	47 923,84€	38 777,55€	43 977,95€	44 095,08€	38 986,41€		
15	R. TRIANGULO VERMELHO, 12	7 441,36€	5 558,74€	4 630,20€	9 757,74€	39 957,50€	34 019,16€	42 781,66€	44 745,61€		
16	AV. MADRID, 28	51 760,61€	46 388,63€	45 303,05€	64 650,71€	66 325,35€	62 503,72€	51 784,96€	63 709,04€		
17	AV. MADRID, 16	51 013,02€	48 731,43€	49 067,24€	59 068,45€	51 315,05€	47 028,64€	53 790,31€	65 917,95€		
18	AV. E.U.A., 103	131 441,26€	142 050,29€	130 321,18€	142 996,08€	115 053,11€	101 542,58€	106 271,90€	109 449,85€		
19	CAÇADA DAS NECESSIDADES, 16	29 250,54€	30 516,79€	31 056,92€	41 168,34€	43 966,99€	45 670,84€	38 686,86€	45 619,44€		
20	LARGO CIDADE DO SAL, N.º 5	687,70€	443,26€	3 057,23€	6 166,32€	6 211,50€	6 189,50€	7 098,00€	7 314,88€		
21	TRAV. CIDADE CANTAGALO, BLOCO 2	1 843,77€	1 849,97€	4 467,24€	5 581,70€	6 798,00€	6 222,00€	8 861,80€	6 058,06€		
22	RUA CIDADE XAIXAI, BLOCO 3	2 968,15€	4 374,43€	5 832,86€	8 461,44€	9 556,68€	9 556,68€	5 376,13€	9 942,56€		
23	R. QUINTA DO JACINTO, 41	12 641,16€	12 701,76€	13 611,22€	15 745,12€	13 769,92€	16 636,31€	15 786,75€	15 030,64€		
24	R. QUINTA DO JACINTO, 43	10 358,16€	10 388,78€	10 345,07€	11 014,20€	13 600,08€	14 210,25€	14 296,44€	12 981,56€		
25	R. QUINTA DO JACINTO, 45	10 594,74€	10 935,96€	10 949,58€	13 366,94€	12 898,96€	16 288,40€	16 119,12€	15 575,89€		
26	AV. ROMA, 90	121 027,18€	115 582,23€	129 042,47€	117 551,52€	107 657,95€	141 858,81€	117 204,56€	106 410,85€		
27	RUA S. BERNARDO, 27	66 315,69€	68 781,02€	64 980,55€	63 826,63€	63 702,00€	65 915,58€	64 678,16€	69 708,28€		
28	R. RAMALHO ORTIGÃO, 43	66 079,61€	65 315,34€	68 182,49€	76 361,51€	77 855,53€	77 575,80€	89 386,42€	75 396,32€		
29	R. CORRENTEZA, 39	67 416,66€	75 077,37€	71 857,62€	73 015,25€	72 075,98€	64 739,18€	64 779,88€	62 856,04€		
30	RUA DO CHIBUTO, LT 405	8 886,86€	8 905,90€	8 923,61€	10 586,97€	12 542,56€	17 770,40€	18 152,08€	17 501,13€		
31	RUA DO CHIBUTO, LT 406	7 657,47€	6 631,09€	6 656,95€	7 197,41€	14 030,28€	14 105,29€	16 317,00€	17 439,03€		
32	RUA DO CHIBUTO, LT 407	3 754,62€	3 657,45€	3 528,75€	6 071,79€	12 347,08€	14 430,23€	14 827,84€	15 895,85€		
33	RUA DO CHIBUTO, LT 408	4 313,31€	5 708,06€	6 528,78€	9 949,36€	16 975,68€	17 169,18€	16 799,68€	16 532,69€		
34	R. ARCO CARVALHÃO, 191	36 819,16€	36 680,02€	37 536,04€	44 981,25€	54 843,25€	58 918,17€	56 975,18€	58 896,40€		
35	R. A. MARIA MATOS, LT 1124	18 229,41€	28 691,52€	32 504,86€	39 007,52€	42 209,71€	41 797,68€	50 383,29€	54 231,86€		
36	R. A. MARIA MATOS, LT 1125	26 391,53€	31 088,17€	33 932,48€	35 961,17€	37 500,17€	41 416,00€	48 441,20€	49 375,90€		
37	R. FRANCISCO METRASS, 30	41 998,46€	48 339,43€	53 910,96€	64 713,94€	65 781,18€	67 065,08€	66 953,55€	62 977,08€		
	TOTAL	1 405 100,90 €	1 470 623,08 €	1 472 040,56 €	1 609 873,41 €	1 578 031,37 €	1 627 456,96 €	1 684 941,49 €	1 708 082,38 €		

2. Mapa n.º 6 – Mapa Comparativo de Despesas / Prédio entre 2016 e 2023

Mapa 6. Mapa Comparativo de Despesas / Prédio entre 2016 e 2023

N.º PRÉDIO	MORADA	DESPESAS									
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
1	AV. ALMIRANTE REIS, 62	67 843,00 €	16 950,53 €	27 304,59 €	3 080,30 €	10 216,41 €	99 085,61 €	84 400,55 €	34 133,66 €		
2	AV. ALMIRANTE REIS, 150	1 008,53 €	13 041,21 €	55 772,85 €	95 052,77 €	46 677,69 €	84 402,03 €	40 367,14 €	21 080,56 €		
3	AV. ALMIRANTE REIS, 152	4 263,50 €	12 057,13 €	94 307,11 €	221 671,57 €	47 343,42 €	24 289,84 €	116 391,16 €	17 416,01 €		
4	R. ANTÓNIO PEDRO, 24	6 042,64 €	767,35 €	763,67 €	407,65 €	2 008,63 €	15 224,46 €	15 895,95 €	3 430,46 €		
5	R. LEÃO OLIVEIRA, 4	1 701,57 €	1 664,53 €	37 755,90 €	12 891,64 €	54 891,52 €	10 171,96 €	30 402,48 €	28 005,02 €		
6	AV. ELIAS GARCIA, 181	283,18 €	288,18 €	1 908,25 €	10 395,12 €	8 016,40 €	42 973,34 €	34 569,89 €	5 878,21 €		
7	AV. ELIAS GARCIA, 175	259,07 €	4 001,63 €	23 487,63 €	56 954,46 €	55 738,70 €	29 964,52 €	37 571,73 €	3 974,23 €		
8	AC. C. VALBOM, 120	37 635,86 €	1 599,36 €	51 791,27 €	17 397,40 €	32 325,48 €	6 811,56 €	514,90 €	9 250,61 €		
9	AV. ELIAS GARCIA, 176	2 028,13 €	7 935,01 €	45 409,91 €	2 137,97 €	3 487,45 €	44 943,28 €	144 162,38 €	44 262,57 €		
10	ALAM. D. AFONSO HENRIQUES, 50	45 814,21 €	10 556,61 €	110 588,69 €	3 571,66 €	1 691,09 €	137 300,55 €	45 639,97 €	6 803,49 €		
11	AV. BERNA, 33	54 903,02 €	8 040,35 €	20 697,73 €	81 319,94 €	13 805,06 €	5 539,13 €	6 907,48 €	9 331,11 €		
12	R. ILHA S. TOMÉ, 12	13 734,07 €	663,24 €	2 230,05 €	1 256,51 €	1 834,07 €	186 903,75 €	66 588,61 €	24 912,21 €		
13	R. CAVALheiro OLIVEIRA, 38	393,25 €	249,95 €	89,48 €	97,75 €	880,16 €	12 019,20 €	44 587,97 €	2 729,74 €		
14	R. ANTÓNIO PEDRO, 17	1 417,86 €	2 105,53 €	40 028,48 €	1 072,63 €	5 326,43 €	6 578,77 €	13 494,52 €	15 144,58 €		
15	R. TRIANGULO VERMELHO, 12	5 659,27 €	1 307,90 €	77 245,77 €	194 680,39 €	65 622,97 €	8 340,89 €	48 780,59 €	19 483,08 €		
16	AV. MADRID, 28	2 881,37 €	2 535,50 €	282 262,70 €	115 535,68 €	5 239,34 €	11 745,43 €	20 720,25 €	21 608,52 €		
17	AV. MADRID, 16	51 401,28 €	779,47 €	99 931,00 €	278 116,45 €	16 303,94 €	80 011,93 €	25 607,81 €	12 005,73 €		
18	AV. E.U.A., 103	8 093,19 €	7 554,83 €	28 006,45 €	13 411,89 €	78 810,79 €	45 318,70 €	77 456,40 €	65 684,51 €		
19	CALÇADA DAS NECESSIDADES, 16	8 609,55 €	2 058,10 €	76 100,56 €	42 243,12 €	13 107,98 €	6 325,33 €	9 023,22 €	5 109,99 €		
20	LARGO CIDADE DO SAL, Nº 5	827,61 €	20 461,34 €	346,55 €	25,34 €	5 502,89 €	13 037,63 €	2 949,66 €	268,24 €		
21	TRAV. CIDADE CANTAGALO, BLOCO 2	827,61 €	10 685,50 €	346,55 €	25,34 €	198,16 €	2 398,13 €	0,00 €	268,25 €		
22	RUA CIDADE XAIXA, BLOCO 3	827,62 €	10 624,67 €	41,23 €	105,87 €	13 989,79 €	366,22 €	11 125,97 €	12 188,00 €		
23	R. QUINTA DO JACINTO, 41	1 060,25 €	305,78 €	469,49 €	188,63 €	13 989,79 €	366,22 €	81,07 €	9 679,70 €		
24	R. QUINTA DO JACINTO, 43	1 077,12 €	16 745,27 €	11 018,16 €	8 640,00 €	4 315,55 €	2 812,17 €	65,74 €	9 731,88 €		
25	R. QUINTA DO JACINTO, 45	2 213,90 €	211,84 €	1 089,50 €	117,43 €	31 498,05 €	1 017,18 €	6 620,14 €	6 929,64 €		
26	AV. ROMA, 90	11 571,58 €	34 590,09 €	49 842,24 €	14 307,26 €	5 984,33 €	7 130,79 €	7 896,53 €	25 788,28 €		
27	RUA S. BERNARDO, 27	80 918,08 €	2 656,26 €	56 096,31 €	47 597,13 €	10 133,07 €	9 290,31 €	3 928,24 €	11 079,17 €		
28	R. RAMALHO ORTIGÃO, 43	4 985,41 €	7 093,50 €	48 647,57 €	44 140,21 €	14 640,45 €	27 356,52 €	27 559,15 €	42 508,54 €		
29	R. CORRENTEZA, 39	27 154,33 €	1 555,24 €	10 607,62 €	11 254,05 €	3 031,12 €	35 461,89 €	82 654,61 €	24 781,50 €		
30	RUA DO CHIBUTO, LT 405	191,08 €	341,05 €	808,94 €	92 140,65 €	188 537,31 €	2 131,20 €	501,05 €	813,98 €		
31	RUA DO CHIBUTO, LT 406	220,09 €	216,58 €	2 469,78 €	92 470,12 €	86 911,28 €	18 911,57 €	48 310,68 €	2 714,37 €		
32	RUA DO CHIBUTO, LT 407	180,67 €	191,45 €	809,81 €	92 110,25 €	165 391,13 €	14 080,74 €	2 120,34 €	830,66 €		
33	RUA DO CHIBUTO, LT 408	335,47 €	407,41 €	808,96 €	92 707,99 €	99 234,21 €	6 358,99 €	303,87 €	2 641,71 €		
34	R. ARCO CARVALHÃO, 191	3 325,10 €	121 245,87 €	11 821,32 €	225 047,00 €	173 743,73 €	12 354,88 €	51 316,29 €	9 748,46 €		
35	R. A. MARIA MATOS, LT 1124	99 008,71 €	8 392,48 €	26 771,89 €	2 280,53 €	4 466,91 €	24 404,62 €	88 068,98 €	32 900,52 €		
36	R. A. MARIA MATOS, LT 1125	34 441,51 €	15 770,35 €	30 456,24 €	3 220,82 €	38 153,19 €	12 042,23 €	78 218,58 €	39 748,02 €		
37	R. FRANCISCO METRASS, 30	9 889,13 €	3 932,19 €	123 933,50 €	48 024,28 €	29 100,83 €	17 941,45 €	25 352,81 €	28 537,55 €		
	TOTAL	593 027,82 €	349 583,28 €	1 452 067,74 €	1 925 697,80 €	1 338 184,87 €	1 067 617,73 €	1 300 156,71 €	611 402,76 €		

3. Mapa n.º 7 – Rentabilidade dos Imóveis – Rendimento / Despesas

Mapa 7. Rentabilidade dos Imóveis - Rendimento / Despesas

Nº PRÉDIO	MORADA	Receita			Despesa						Resultado	
		Annual	Obras	Eletricidade	Água	Seguros	Limpeza/Taxas / Gás/Outros	Annual	Annual			
1	AV. ALMIRANTE REIS, 62	134 503,05 €	20 171,18 €	3 632,76 €	4 212,50 €	90,87 €	6 026,35 €	34 133,66 €	100 369,39 €			
2	AV. ALMIRANTE REIS, 150	41 168,56 €	14 323,93 €	1 514,50 €	1 958,60 €	28,84 €	3 254,69 €	21 080,56 €	20 088,00 €			
3	AV. ALMIRANTE REIS, 152	13 718,03 €	16 166,79 €	116,68 €	897,89 €	53,22 €	181,43 €	17 416,01 €	-3 697,98 €			
4	R. ANTÓNIO PEDRO, 24	2 207,22 €	2 106,27 €	82,27 €	259,83 €	28,09 €	954,00 €	3 430,46 €	-1 223,24 €			
5	R. LEÃO OLIVEIRA, 4	47 627,97 €	26 881,65 €	95,64 €	533,05 €	28,50 €	466,18 €	28 005,02 €	19 622,95 €			
6	AV. ELIAS GARCIA, 181	24 128,37 €	5 671,94 €	88,27 €	89,11 €	28,89 €	0,00 €	5 878,21 €	18 250,16 €			
7	AV. ELIAS GARCIA, 175	31 581,27 €	3 799,58 €	80,93 €	0,00 €	28,49 €	65,23 €	3 974,23 €	27 607,04 €			
8	AC. C.V.ALBOM, 120	62 818,84 €	8 505,59 €	86,68 €	308,46 €	28,84 €	321,04 €	9 250,61 €	53 568,23 €			
9	AV. ELIAS GARCIA, 176	72 915,48 €	25 592,27 €	490,96 €	378,26 €	28,84 €	17 772,24 €	44 262,57 €	28 652,91 €			
10	ALAM. D. AFONSO HENRIQUES, 50	83 634,01 €	5 662,68 €	751,65 €	330,62 €	28,34 €	30,20 €	6 803,49 €	76 830,52 €			
11	AV. BERNARDO, 33	81 770,66 €	7 863,70 €	759,85 €	642,60 €	28,72 €	36,24 €	9 331,11 €	72 439,55 €			
12	R. ILHA S. TOMÉ, 12	48 981,77 €	21 119,71 €	1 129,85 €	1 250,29 €	32,70 €	1 379,66 €	24 912,21 €	24 069,56 €			
13	R. CAVALheiro OLIVEIRA, 38	20 473,83 €	2 648,95 €	52,29 €	0,00 €	28,50 €	0,00 €	2 729,74 €	17 744,09 €			
14	R. ANTÓNIO PEDRO, 17	38 986,41 €	14 861,15 €	42,39 €	71,58 €	24,32 €	145,14 €	15 144,58 €	23 841,83 €			
15	R. TRIANGULO VERMELHO, 12	44 745,61 €	18 791,95 €	448,69 €	193,97 €	18,27 €	30,20 €	19 483,08 €	25 262,53 €			
16	AV. MADRID, 28	63 709,04 €	19 845,18 €	1 307,66 €	401,16 €	24,32 €	30,20 €	21 608,52 €	42 100,52 €			
17	AV. MADRID, 16	65 917,95 €	9 728,13 €	755,24 €	414,90 €	24,32 €	1 083,14 €	12 005,73 €	53 912,22 €			
18	AV. E.U.A., 103	109 449,85 €	56 503,27 €	3 775,63 €	3 254,70 €	38,97 €	2 111,94 €	65 684,51 €	43 765,34 €			
19	CAÇADA DAS NECESSIDADES, 16	45 619,44 €	4 265,02 €	242,49 €	363,12 €	48,64 €	190,72 €	5 109,99 €	40 509,45 €			
20	LARGO CIDADE DO SAL, Nº 5	7 314,88 €	268,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	268,24 €	7 046,64 €			
21	TRAV. CIDADE CANTAGALO, BLOCO 2	6 058,06 €	268,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	268,25 €	5 789,81 €			
22	RUA CIDADE XAIXAI, BLOCO 3	9 942,56 €	12 015,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	172,82 €	12 188,00 €	-2 245,44 €			
23	R. QUINTA DO JACINTO, 41	15 030,64 €	9 373,35 €	288,10 €	0,00 €	18,25 €	0,00 €	9 679,70 €	5 350,94 €			
24	R. QUINTA DO JACINTO, 43	12 981,56 €	9 664,96 €	66,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 731,88 €	3 249,68 €			
25	R. QUINTA DO JACINTO, 45	15 575,89 €	6 858,22 €	71,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 929,64 €	8 646,25 €			
26	AV. RÔMA, 90	106 410,85 €	23 843,82 €	993,70 €	574,49 €	28,49 €	347,78 €	25 788,28 €	80 622,57 €			
27	RUA S. BERNARDO, 27	69 708,28 €	9 994,95 €	740,46 €	313,56 €	0,00 €	30,20 €	11 079,17 €	58 629,11 €			
28	R. RAMALHO ORTIÇÃO, 43	75 396,32 €	38 463,29 €	2 609,51 €	598,51 €	24,30 €	812,93 €	42 508,54 €	32 887,78 €			
29	R. CORRENTEZA, 39	62 856,04 €	21 380,71 €	388,98 €	624,62 €	0,00 €	2 387,19 €	24 781,50 €	38 074,54 €			
30	RUA DO CHIBUTO, LT 405	17 401,13 €	747,23 €	48,48 €	0,00 €	18,27 €	0,00 €	813,98 €	16 687,15 €			
31	RUA DO CHIBUTO, LT 406	17 439,03 €	2 666,04 €	48,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 714,37 €	14 724,66 €			
32	RUA DO CHIBUTO, LT 407	15 895,85 €	415,13 €	48,98 €	366,55 €	0,00 €	0,00 €	830,66 €	15 065,19 €			
33	RUA DO CHIBUTO, LT 408	16 532,69 €	2 592,24 €	49,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 641,71 €	13 890,98 €			
34	R. ARCO CARVALHÃO, 191	58 896,40 €	8 233,86 €	954,04 €	461,70 €	0,00 €	98,86 €	9 748,46 €	49 147,94 €			
35	R. A. MARIA MATOS, LT 1124	54 231,86 €	31 749,87 €	407,82 €	25,74 €	28,05 €	689,04 €	32 900,52 €	21 331,34 €			
36	R. A. MARIA MATOS, LT 1125	49 375,90 €	38 133,00 €	756,66 €	612,41 €	28,05 €	217,90 €	39 748,02 €	9 627,88 €			
37	R. FRANCISCO METRASS, 30	62 977,08 €	9 901,97 €	875,41 €	527,65 €	52,52 €	17 180,00 €	28 537,55 €	34 439,53 €			
TOTAL		1 708 082,38 €	511 079,25 €	23 802,71 €	19 665,87 €	839,61 €	56 015,32 €	611 402,76 €	1 096 679,62 €			

IV. PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2023

De acordo com o n.º 5.º do artigo 29.º dos Estatutos do Montepio da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, compete ao Conselho Fiscal “dar parecer sobre as contas e relatórios apresentados pela Direção”. Assim, conforme explanado na Ata n.º 06/CF/2024, o Conselho Fiscal reuniu e, após uma análise criteriosa dos documentos e informações, fornecidos pela Direção referentes ao exercício financeiro do ano de 2023, elaborou o presente parecer, no qual expressa a sua opinião sobre a gestão financeira e a situação patrimonial do Montepio.

1. Avaliação do Desempenho da Direção

O Conselho Fiscal avaliou o desempenho da Direção, durante o período em análise, e constatou que esta exerceu a sua atividade de forma competente e diligente, procurando alcançar os objetivos estabelecidos e zelando pelo interesse do Montepio e dos seus associados.

Destaca-se que a Direção demonstrou capacidade de gestão, apresentando resultados significativamente positivos – que superaram, inclusive, as expectativas iniciais –, promovendo o crescimento e a sustentabilidade do Montepio. Tal desempenho reflete o comprometimento e a competência da equipa responsável pela administração do Montepio.

2. Análise do Relatório e Contas

O Conselho Fiscal analisou minuciosamente o Relatório e as Contas apresentados pela Direção, verificando a consistência das informações financeiras e contabilísticas. A análise incluiu a revisão das principais demonstrações financeiras, bem como os registos contabilísticos e documentação de suporte.

Com base nessa análise, o Conselho Fiscal considera que o Relatório e Contas da Direção está de acordo com as normas contabilísticas vigentes e reflete adequadamente a situação financeira e patrimonial do Montepio. As informações apresentadas são transparentes e fornecem uma visão precisa do desempenho económico-financeiro do Montepio, durante o período em apreço.

3. Recomendações e Sugestões

Com base na nossa análise, o Conselho Fiscal dá parecer positivo ao Relatório e Contas de 2023, atendendo à informação disponibilizada, não se responsabilizando por qualquer ausência de informação e, recomenda à Assembleia Geral a aprovação do Relatório e Contas da Direção do exercício financeiro do ano 2023. O

Conselho Fiscal ressalta ainda a importância de valorizar e reconhecer o trabalho realizado pela Direção, de que advieram resultados muito satisfatórios para o Montepio.

Por fim, o Conselho Fiscal enfatiza a necessidade de manter uma fiscalização constante e rigorosa das contas do Montepio, mesmo diante dos resultados favoráveis apresentados. É essencial garantir a transparência, a responsabilidade e a conformidade com as normas em vigor, de forma a assegurar a continuidade do sucesso alcançado e a preservação do património do Montepio. Como tal, reforça a importância do acompanhamento criterioso das contas do Montepio, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Em conclusão, o Conselho Fiscal propõe à Assembleia Geral:

- Primeiro: que seja aprovado o Relatório e as Contas da Direção do exercício financeiro do ano de 2023.
- Segundo: que seja aprovado um voto de louvor à Direção pelo trabalho desempenhado.

Lisboa, 16 de maio de 2024

O Conselho Fiscal
Presidente

Pedro José Lopes Clemente

Vogal

Íluri Alexandre de Sampaio Monteiro Rodrigues

Relator

João Luís Parreiras Pinto

Suplentes

Joel Fernando Rodrigues Vilas Boas

Cláudio Pedro Ferreira Figueiredo